

O PSICÓLOGO NA ESCOLA – PARA ALÉM DE UMA PSICOLOGIA ESCOLAR

Maria de Fátima Andrade Chadid
Capitão Psicóloga da PMMG

O tema propõe tratar as possibilidades de intervenção do psicólogo que atua na escola, bem como levantar alguns conceitos, paradigmas e desafios que cercam a sua praxis no cotidiano da instituição. Para sustentar essas reflexões utilizaremos aportes da psicossociologia e da psicanálise.

Não é novidade que problemas da contemporaneidade giram em torno de questões sociais e que eles não são privilégios de países em desenvolvimento e, portanto, já alcançam uma dimensão global. Dentre os temas mais explorados e debatidos na mídia, e, inclusive, objeto de estudos das disciplinas sociais, da psicologia e da psicanálise, temos:- a questão da violência, da mudança na estruturação da família e das novas formas de laço social, como: uso de drogas ou adesão a grupos marginais. Nesse sentido, vemos que há uma crescente preocupação com o futuro dos adolescentes e das crianças em todos os aspectos, e busca-se a mobilização de diversos setores da sociedade e de campos do saber para possíveis soluções para essas questões.

Entretanto, tais questões fazem parte do cotidiano da escola e, em maior ou menor intensidade, são trazidas por seus alunos, através de relatos ou das conseqüências apresentadas, seja através de atualizações de agressões sofridas em seu próprio meio, ou através de sintomas de inibição da aprendizagem. O que ocorre é que a escola encontra-se despreparada para lidar com essa realidade que ultrapassa o domínio educacional abrangendo outras esferas como a social e a psicológica, sendo que, a primeira é da ordem do coletivo, e a segunda, da ordem do singular.

Além disso, a escola, tem sido relegada, ao longo dos anos, por parte dos órgãos governamentais e da sociedade e em seu abandono enfrenta novas questões para as quais não tem resposta, situação que justifica, muitas vezes, sua omissão e resistência, ao enfatizar que o seu papel é, unicamente, o de ensinar os conteúdos previstos.

Por outro lado, vemos também que a psicologia escolar tem recuado, diante dos desafios a ela apresentados, e das oportunidades que a escola propõe ao psicólogo na atuação e prevenção das questões psicossociais.

Para tanto, torna-se necessário desmistificar conceitos que vêm afastando o psicólogo do trabalho na escola, situação que, inclusive, já apresenta reflexos a partir de sua formação acadêmica, colaborando para a manutenção de estigmas, que tanto encobrem, como revelam alguns dos impasses enfrentados pelo profissional.

Pensamos que um dos aspectos intervenientes diz respeito às críticas sobre a função e o papel da escola, e que incidem sobre os que nela atuam, sejam professores, sejam pedagogos ou psicólogos.

A função da instituição escolar tem sido alvo de especulações e análises, às vezes, contraditórias, entre teóricos, segundo Gouveia (1976). A autora destaca entre as correntes mais conhecidas as que apontam a escola como apenas reprodutora da sociedade de classes¹ e, portanto, alienadora, e, como contraponto as correntes que atribuem à escola uma função de socialização², servindo de transição entre a

¹ Baudelot e Establet, 1971 em sua obra defendem a concepção de que a educação serve como modo de dominação das classes socialmente favorecidas, reproduzindo a estrutura de relação e poder e controlam os significados culturais legitimando-os. Para Althusser (1974), “a escola funciona como um aparelho ideológico do Estado”, diminuindo a necessidade de recorrer-se às formas de coação mais ostensivas empregadas pelos aparelhos repressivos – o Exército, a polícia e os tribunais.

² Moore, 1963; Inkeles, 1969; Armer e Youtz, 1971; Parsons, 1959 e Dreeben, 1967.

família e a sociedade, preparando o indivíduo para o trabalho, através do pensamento científico e de informações variadas que lhe propiciem uma visão de mundo e sua ação sobre ele.

Há, ainda, aqueles que não atribuem à escola qualquer influência no sentido de produzir mudanças nas atitudes e valores. Obviamente, cada pessoa que trabalha na escola se posicionará de acordo com uma ou outra concepção sobre a função de escola. Nesse sentido, consideramos que a adoção de uma posição ética, portanto, não ingênua, possibilita reconhecer que a escola não é neutra, por constituir-se como um fator determinante na subjetividade de seus educandos.

Diante desse cenário, deparamo-nos ainda com críticas sobre o papel do psicólogo escolar, que segundo Patto (1997), seria mais um especialista que, sem uma base epistemológica, ética e política, atuaria na escola colaborando para a patologização e alienação dos sujeitos.

É inegável que, em algum momento de sua história, a psicologia escolar, tenha se prestado, ingenuamente, a estar a serviço de uma ideologia de exclusão quando justificou o fracasso escolar de crianças e adolescentes, unicamente, pelo diagnóstico de aspectos psicológicos, intelectuais ou familiares, sem considerar os aspectos político-sociais e os atravessamentos institucionais. Ao psicólogo resta uma saída, é pela via da problematização contínua, atentando para o risco de envolver-se com demandas, que apenas mantêm o “*status quo*” e que encobre situações geradoras de oportunidades de análises.

A escola, como instituição, é palco de situações em que seus sujeitos - educandos e educadores - muitas vezes, se encontram impossibilitados de falarem e de se escutarem, em suas queixas, de forma a se implicarem em suas ações. Esse processo provoca nos sujeitos uma ruptura entre pensamento e ação, desencadeando expressões de agressividade auto ou hetero dirigidas e, portanto, pedem uma leitura. Kaes (1991) analisa que “*qualquer que seja a instituição, acontece dela expor os seus membros a experiências muito angustiantes, sem lhes fornecer, em contrapartida, experiências suficientemente satisfatórias, e, antes de mais nada, mecanismos de defesa para se protegerem contra essas angústias*”.

É a partir de um dispositivo de escuta que uma queixa poderá ser revertida em uma implicação do sujeito em seu sofrimento ou que possa fazer um endereçamento de suas demandas. Portanto, cabe ao psicólogo, na instituição escolar, oferecer um espaço de escuta, para que os sujeitos que nela integram, possam retificar suas posições diante do seu sofrimento e assim produzirem mudanças.

No entanto, nas instituições, as mudanças são lentas, e, às vezes, surgem de situações críticas em que as certezas são abaladas, momento das falhas e fraturas. É quando existe a possibilidade do surgimento do novo, do criativo.

Muitas vezes, o psicólogo é chamado a intervir como último recurso, para uma relação já desgastada entre aluno e professor, aluno e escola e que aparece sob a roupagem de “aluno indisciplinado” ou “aluno sem limites”. A postura do psicólogo, a meu ver, é a de primeira mão acolher a demanda de atendimento ao aluno, mesmo que não concorde com o encaminhamento dado pela escola, mas não necessariamente responder pelo aluno. Assim, ao se colocar disponível a escutar o aluno, como também, a angústia daqueles que o encaminharam, poderá favorecer o surgimento de algo novo, significativo e passível de interpretação. Sua intervenção propiciará o desvelamento de distorções na comunicação, preconceitos, posições de autoritarismos e assujeitamentos que inibem a criatividade e o afloramento das diferenças, inerentes à subjetividade humana. Dessa forma, diluem-se posições defensivas de vitimização e culpabilidade, que enrijecem as relações, abrindo possibilidade de compreensão e permissão para se pensar sobre as causas e conseqüências a partir do envolvimento de todos.

A exemplo, lembro-me de uma situação trabalhada por uma psicóloga em uma escola de ensino fundamental em que a professora a procurou, encaminhando-lhe um aluno de oito anos, que, segundo a professora, estava tendo comportamentos exibicionistas e precoces em relação à sexualidade, por ter tirado a camisa em sala de aula, motivo pelo qual chamou a mãe da criança. A psicóloga se colocou disponível a escutar, trabalhando com a professora o incômodo que a mesma sentia, levando-a a se perguntar sobre o que naquela cena a horrorizava, remetendo-a às suas próprias dificuldades em relação à sexualidade.

É comum o procedimento na escola de se estar sempre chamando a família para que esta justifique qualquer comportamento que não esteja de acordo com o esperado. Isso causa uma indisposição da família em relação à escola, por ficar como depositária das perguntas que não foram elaboradas dentro da própria instituição, ou seja, aspectos que fazem parte do desenvolvimento infantil, de como lidar com as questões da singularidade do aluno e trabalhá-las no contexto escolar. Quando esses aspectos não são questionados e refletidos, dentro da escola, por parte das pessoas que nela atuam, perde-se a possibilidade de elaborá-las e de se pensar novas respostas. É como se a instituição colocasse de fora uma questão que poderia ser buscada dentro dela mesma.

Atuar na escola, estando dentro dela, é de certa forma reconhecer a própria vulnerabilidade de estar exposto às cristalizações, que as instituições impõem a seus sujeitos. Entretanto, tal constatação não pode servir como justificativa para que o psicólogo se esquive desse desafio. Torna-se necessário então, realizar um constante movimento de “emersão” num processo de “estar dentro e fora”, não se fechando totalmente na instituição. Dessa forma, sustenta-se a “incompletude”, evitando o adormecimento, tão comum àqueles que nela estão inseridos.

Na instituição escolar, a psicologia tem a oferecer uma intervenção específica e diferenciada em relação ao saber pedagógico. Apoiada na psicanálise, o olhar da psicologia se dirige para a singularidade de cada caso, para a história de cada um dentro de um contexto, porém, perpassada pelo inconsciente - mola mestra do desejo - . Crê-se, portanto, que o saber se transmite na relação por intermediação da palavra e de seus significados. Por sua vez, o saber pedagógico apóia-se em modelos e nas formas como se processa o ensino e têm, por isso, um importante papel na educação, porém esbarra, em limites de ação, por mais que se cuidem das técnicas ou dos métodos. Pensa-se, por exemplo, que para se manter a disciplina na escola basta estabelecer regras mais rígidas, ou que, para que o aluno possa aprender melhor seja suficiente alterar a metodologia, sem que se questionem as relações na escola e as particularidades de cada situação.

Muitas vezes, a contribuição da psicologia na escola consiste em esclarecer sobre o caráter subjetivo de um sintoma apresentado por um aluno, relacionando-o ao conflito psíquico, como não sendo possível ser suprimido de imediato, pois o tratamento requer um tempo. Com isso, busca-se reduzir a pressão sobre o aluno, no sentido de que ele dê uma resposta, no tempo previsto pelos resultados avaliativos, esperada pela escola. Ao mesmo tempo, tem que se cuidar, para que não ocorra o mal entendido de que o sujeito seja todo ele apreendido e nomeado a partir de seu sintoma, como por exemplo, o “aluno hiperativo”.

O psicólogo necessita, portanto, de uma formação tanto especializada, como geral, abrangendo desde a psicologia social, a institucional e a clínica. A formação do psicólogo requer, sobretudo, desvincular-se do estigma “escolar”, denominação que, como já vimos, encontra-se estagnada. Para tanto, propõe-se a mudança do estatuto da “psicologia escolar” para o estatuto “psicólogo na escola”. Estatuto que aponta para um movimento, que permite lidar com o imprevisível.

Nesse sentido, nossa experiência na escola nos revela ser possível criar novas formas de trabalho. Trata-se de um atendimento a crianças e adolescentes que procuram um espaço para falar. Para nossa surpresa, as demandas apresentadas por eles não giram, exclusivamente, em torno de questões de fracasso escolar ou problemas de aprendizagem ou disciplina, mas, principalmente, sobre suas relações com a família, os medos, as questões afetivas, os conflitos da adolescência, drogas, orientação profissional. Cada vez mais, os alunos chegam, individualmente ou em grupos e expressam, espontaneamente, o desejo de serem escutados.

No momento em que a família vive transformações ou se encontra menos influente na vida dos adolescentes, observamos que é para a escola que eles canalizam os seus anseios e conflitos e nela buscam referências. E, nesse sentido, a escola exerce um papel fundamental em sua socialização.

É significativo que, para além de uma posição política, mas principalmente ética, a psicologia tem como contribuir ativamente com a escola, através de seu método próprio: a escuta diferenciada. E, esta ética à qual me refiro não é aquela do bem e do mal, do bom ou ruim, do certo ou errado. Não se trata de uma ética avaliativa, mas da ética que pergunta sobre a realidade de cada caso e que inclui a diferença, seja ela

de sexo, de cor, de saber, de crenças ou valores. Uma ética que reconhece que, na escola, há circulação de todos os discursos. Do discurso daqueles que estão no lugar de quem ensina, daqueles que estão no lugar de quem aprende e, também, daqueles que resistem a ocupar esses lugares. Nesse sentido, a psicologia, ao transcender, exclusivamente, objetivos educacionais, poderá favorecer a reinserção dos sujeitos em suas próprias metas de vida, reconhecendo-os como desejantes e atuantes.

Na escola, cabe ao psicólogo sustentar os dispositivos de interpretação, analisibilidade e a construção, pautados na invenção. Introduzindo o conceito de impossível, dentro da instituição escolar, é, a meu ver, a melhor direção para se enfrentar alguns desafios que Freud (1936) já nos anunciava em seu texto “Análise terminável e interminável”, de que a educação é uma daquelas profissões impossíveis. Enfatizamos que, neste sentido, a noção de impossível não coincide com a noção de impotência que paralisa. O que se pretende é constatar que, por mais que se tente controlar o rumo das coisas, algo sempre escapará. Não é possível se esperar uma escola ideal. Ela não existe. Existe o aluno, o professor e o desejo de ambos. Existe a escola real, que é aquela que está, constantemente, pedindo leituras.

REFERÊNCIAS

FREUD, Sigmund. *Análise terminável e interminável*. ESB. RJ. Imago. v. XII, 1979.

GOUVEIA, Aparecida Joly. *A escola, objeto de controvérsia*. In: Patto. M.H S. *Introdução à Psicologia Escolar*. 3 ed. São Paulo, Casa do Psicólogo, 1997, p. 25-33.

KAES, René (et al.). *A Instituição e as Instituições*. São Paulo, Casa do Psicólogo, 1991, p. 38.

PATTO, Maria Helena S. *O papel social e a formação do psicólogo: contribuição para um debate necessário*. *Introdução à Psicologia Escolar*. 3 ed. São Paulo, Casa do Psicólogo, 1997, p. 459-468.